

**PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS DO CATOLICISMO À CULTURA
LETRADA: O MODELO CIVILIZATÓRIO EUROPEU SOBRE O BRASIL, NO INÍCIO
DO SÉCULO XX**

Patrícia Carla de Melo Martins*

RESUMO: O presente artigo traz uma discussão sobre o comportamento feminino difundido no Brasil por intermédio da educação católica. Comportamento esse que atendia aos interesses da elite intelectual que se aproximava do paradigma ‘civilizatório’ europeu. O catolicismo, o positivismo, o romantismo e o determinismo biológico atrelado à medicina apresentavam uma visão concordante quanto à posição da mulher na sociedade. Esses intelectuais atribuíam a moral e os bons costumes de uma sociedade ao modelo familiar em que as mulheres se posicionavam exclusivamente como esposa, donas-de-casa e mãe de família. O catolicismo teve papel elementar na propagação desse modelo, sendo a instituição responsável pela difusão da educação feminina. Contudo, trata-se de uma educação teológica que colaborou com a difusão de antagonismos sócio-culturais frente à secularização da sociedade, promovida por outros segmentos educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Elite, Intelectuais, Mulheres, Educação, Catolicismo.

**FEMALE PRACTICES AND REPRESENTATIONS SINCE THE CATHOLICISM TO
THE WRITTEN CULTURE: THE EUROPEAN MODEL OF CIVILIZATION ON
BRAZIL, IN THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY**

ABSTRACT: This article presents a discussion on the feminine behavior spread out in Brazil through the catholic education. This behavior answered to the intellectual elite interests which approached the European ‘civilizatory’ paradigms. The Catholicism, the Positivism, the Romanticism and the Biological Determinism attached to the medicine, used to share an agreeing vision concerning to the women position in society. These intellectuals used to regard the moral values and goodness of a society to the familiar model in which women used to take the unique position of wife, home keepers and mothers. Catholicism has had a fundamental role on the spreading of this model, and it was also the institution responsible for the dissemination of feminine education. However, that was a theological education which contributed to the diffusion of the socio-cultural antagonisms in relation to the society secularization promoted by other educational segments.

KEYWORDS: Elite, Intellectuals, Women, Education, Catholicism

* Graduação e Mestrado em História pela UNESP/Franca-SP, doutorado em Ciências da Religião pela PUC-SP. Doutorando em História pela UNESP/Franca-SP, sob a orientação do prof. Dr. Ivan Manoel. Professora substituta vinculada ao departamento de História da UNESP/Franca-SP e professora da Faculdade de Educação Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprázível – FAECA. O presente artigo é parte das pesquisas realizadas no mestrado.

Introdução:

Verifica-se, no paradigma civilizatório francês do século XIX, a construção de um ideal que impõe sobre as mulheres especificidades comportamentais e ideológicas, definindo-lhes aspectos de sua intimidade, dentro da esfera doméstica e familiar, e da sua relação com a esfera pública (DUBY;PERROT, 1991). Ideal que, vinculado ao imaginário masculino, construído sob a tradição cristã, entra em conflito com as práticas adotadas por mulheres, no contexto urbano que emergia. Por um lado, a imposição desse ideário masculino apresenta-se como discurso hegemônico, amparado pela educação, pela literatura, pela imprensa, pelo discurso naturalista e pela educação cristã católica, vindo a se tornar assim, uma matriz estruturante do comportamento feminino em sociedade. Por outro lado, o campo de propagação desse ideal apresenta-se inviável junto às práticas cotidianas em que as mulheres foram inseridas, durante o processo de adaptação à vida urbana e à sociedade industrial.

A intelectualidade emergente, em diferentes setores, relacionava-se com os eventos socioculturais, políticos e econômicos, vinculados à vida urbana e ao desenvolvimento tecnológico da sociedade de produção e de consumo. Contudo, as representações resultantes da atividade intelectual masculina, acerca das mulheres, permaneciam presas à tradição do conservadorismo cristão. Um tipo de orientação coerente, apenas, com o modo de vida de mulheres que pertenciam aos setores sociais mais abastados economicamente. Tratava-se de um paradigma de comportamento possível para a esfera da sociedade que gozava de condições privilegiadas de consumo material e *status* sócio-cultural. Na posição de discurso hegemônico, esta orientação, no decorrer do século XIX e início do século XX, definiu distinções sociais, tornando-se um espaço de exclusão e preconceito. Esse discurso colaborou com uma nova forma de hierarquização social junto à sociedade contemporânea.

A presente abordagem segue três vias metodológicas de análise. Parte de um estudo comparativo dos discursos naturalista, romântico, positivista e católico; acompanhada de uma discussão sobre a relevância da educação feminina, garantida pelas ordens e congregações católicas, para a difusão do modelo feminino idealizado pela intelectualidade. Por último, apresenta-se uma amostragem do discurso vigente no interior de Estado de São Paulo, a partir de fontes recolhidas entre os principais periódicos da cidade de Franca, que apontam a aplicação desse modelo feminino, propalado pela elite letrada, no início do século XX. Verifica-se com isso, que as contradições que perpassam pela idealização do comportamento feminino, disposto

no conservadorismo católico, começam a vigorar no interior paulista com o crescimento urbano, desencadeado no início do século XIX pela produção e comércio do café. Outro aspecto apontado nesta abordagem é a presença Colégios Femininos das Irmãs de São José de Chamberry, dentre os quais se destaca o Colégio Nosso Senhora de Lourdes de Franca como um espaço relevante para a difusão do modelo de educação feminina almejado pela elite dominante da cidade e da região.

A educação e o discurso naturalista

A mulher na visão da elite política letrada, para desempenhar devidamente o seu papel social nos moldes estabelecidos, deveria receber as instruções escolares em um ambiente educacional propício àquilo que era considerado típico às suas características. A educação formal, aplicada num espaço distante da família, tornou-se o espaço por onde as práticas e representações idealizadas pela elite letrada masculina se propagaram. Dentro do pensamento erudito, em voga no século XIX, o comportamento feminino é disposto sobre um discurso ‘naturalista’ que unia determinismo biológico e social. As ciências naturais justificavam a imposição de um conjunto de hábitos femininos, encerrando o comportamento das mulheres dentro de uma compreensão funcionalista à esfera doméstica e familiar.

Na esteira do processo civilizatório, que se aplicava tanto às mulheres quanto aos homens, cabia ao Estado e às instituições particulares a criação de um mecanismo educacional específico para cada gênero. Com isso, ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a ter maior acesso ao conhecimento letrado, o paradigma das ‘funções naturais’ da mulher, endossado pelos romances, pelo discurso político filosófico e pela religião cristã, passa a ser difundido em larga escala também por intermédio da educação.

O catolicismo dentre as instituições educativas da sociedade do século XIX, vinculado à tradição do Antigo Regime, continuou se posicionando como órgão moralizante da sociedade, tendo participação preponderante na aplicação do paradigma de educação e de comportamento feminino. Tal paradigma era condizente, sobretudo, com as práticas e representações da intelectualidade, que, sob a égide do naturalismo, definiam a participação da mulher na esfera doméstica sob a submissão do marido. Discurso que participou da estrutura embrionária do regime republicano, que, em princípio, vetou a participação feminina nos processos democráticos, nas atividades econômicas e na discussão dos códigos legais que passaram a

vigorar, normatizando a submissão da mulher ao homem, na figura do pai ou do marido. Políticos, médicos e filósofos embasavam os discursos que pretendiam legitimar as teorias que justificavam a função domiciliar da mulher. A educação cristã, mormente a católica, junto com a literatura romanesca, legitimava essa condição feminina, sendo um espaço de difusão das práticas e representações das mulheres instruídas.

A mulher entre práticas e representações da política republicana e do romantismo literário:

Dentro do ideário filosófico positivista e romântico, vinculado à política, encontramos, por exemplo, o culto à mulher. Na França a figura feminina foi usada como alegoria representativa da república. Enquanto a monarquia era representada pelo rei, símbolo do patriarca, a representação das novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a democracia, a pátria, utilizaram a figura da mulher da Roma antiga como símbolo de liberdade. A figura feminina de inspiração romana, usada nos primeiros anos da República francesa, foi substituída, a partir de 1848, com a proclamação da Segunda República, por outra figura feminina mais maternal, menos agressiva. Vários monumentos são erigidos exaltando a mulher com os seios expostos, amamentando, como meio de representar a fertilidade republicana, associada à fraternidade democrática. Todavia, a política do século XIX restringia a participação das mulheres junto à política instituída, uma prática específica do campo de ação dos homens (CARVALHO, 1999).

De acordo com José Murilo de Carvalho, a utilização da iconografia feminina como símbolo do novo regime republicano foi utilizada no Brasil no final do século XIX. No Brasil, a utilização da figura da mulher como meio de representação da república teve sua maior expressão na consagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do país. Logo, a figura da mulher está associada ao catolicismo popular, evidenciando a religião como um elemento dos padrões de conduta feminina.

A literatura romântica do século XIX foi outro espaço relevante para a difusão do paradigma de educação feminina em questão. Destinada ao entretenimento da tradicional aristocracia e dos grupos emergentes, a literatura romântica teve peso na definição das práticas femininas da elite letrada, trazendo um modelo condizente com aquele que estava sendo apresentado pela educação cristã. A literatura encontrou entre as mulheres um grande público. No entanto, havia também um controle quanto às obras que poderiam circular entre o público

feminino. A leitura de alguns romances era permitida somente aos homens, pelo fato de serem consideradas indecorosas para as moças e esposas de família (GIORGIO, 1991: 210-216). É de se observar que essa literatura reforçava os papéis do homem e da mulher na sociedade. A normatização dada por um discurso moral proibia as mulheres de se aproximarem do comportamento masculino, sobretudo no que tange à sexualidade.

Outro aspecto dessa moralização, diz respeito ao envolvimento das mulheres com as profissões consideradas exclusivas do comportamento masculino. A proibição de mulheres no desempenho de determinadas funções significava diminuir a competitividade nos cargos considerados privilegiados, na sociedade. Competia à mulher afastar-se das decisões públicas, incumbência masculina, e entregar-se totalmente às tarefas do lar, ao zelo do marido e, notadamente, à educação de seus filhos. Esse modelo era ainda revestido de adjetivos que denotavam a vigência de um lar confortável. A visão daqueles que assumiram cargos políticos no século XIX estava centrada na ideia de que, por intermédio de uma boa educação para os filhos, atribuída pela mãe, a sociedade estaria dotada de bons cidadãos. Assim, o homem, na esfera pública, e a mulher, na esfera doméstica, contribuiriam para o bom funcionamento das funções sociais e políticas de uma sociedade civilizada.

A contribuição da mulher para a política idealizada no século XIX passava pelas concepções de moralização. A garantia da moral, dos bons costumes, da ética e, conseqüentemente, da ordem social, foi atribuída à atuação da mulher como mãe e esposa, posicionada no seio da família. Outro traço emergente no contexto desse paradigma feminino doméstico familiar foi o controle da sexualidade seguida de práticas contraceptivas para garantir também o controle da natalidade. O papel educativo voltado para o controle da sexualidade e da natalidade chegava, em certos contextos extremos, à misoginia.

As mulheres na moral católica

Os clérigos do catolicismo, vinculado ao pensamento ultramontano,¹ empenharam-se na evangelização da mulher pelo fato de que a emergência de uma nova realidade sociocultural, que prejudicava a doutrina católica sobre a sociedade, tinha à sua frente homens. Envolver as

¹ Segmento doutrinário do catolicismo, em vigor no século XIX e primeira metade do século XX, que defendia a tradição política monárquica e os valores da sociedade pré-capitalista. Compõe uma das mais expressivas reações ao capitalismo e ao liberalismo sob a aplicação de um discurso conservador que se diz detentor da tradição.

mulheres nas práticas e representações identificadas com a religiosidade católica passou a ser uma característica do radicalismo católico, entendido como um movimento conservador. Os clérigos do catolicismo, estrategicamente, utilizavam a teoria dos círculos concêntricos, por meio do qual mantinham as mulheres voltadas para o casamento e obedientes ao discurso católico, fazendo delas as primeiras a desenvolver e fortificar os dogmas da doutrina, primeiro, no coração dos filhos e, depois, no coração dos homens da sociedade (GIORGIO, 1991: 199-200). No Brasil, as irmãs da congregação de São José, vindas da França, da região de Chamberry, foi a primeira instituição a desempenhar o papel de educadora das mulheres da elite paulistana, no decorrer da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX (MANOEL, 1996).

Sob o discurso católico, a mulher era caracterizada como um ser frágil e sensível por natureza, traços valorizados e associados à expressão de sua alma. No século XIX, as análises e conceitos que se desenvolvem junto ao discurso dominante associam a fragilidade feminina à cordialidade social. A natureza feminina também foi considerada propensa à conversão religiosa, tida como diferente, porém complementar à natureza masculina, mais voltada para a política e menos para a religião. Acreditava-se que as mulheres, convertidas à religião, poderiam também converter os homens, donatários do campo político e social. Assim, o catolicismo continuaria seu movimento participativo na política, que lhe fora destituído com a queda da monarquia e a ascensão do regime republicano.

A figura feminina, nos moldes colocados, passa a ser considerada necessária à sociedade que se configurava, seja para o idealismo político republicano e positivista, que lhes atribuía papel moralizador; seja para o romantismo, que via na mulher um complemento harmônico do amor; seja, ainda, para o catolicismo ultramontano, que a queria evangelizadora da sociedade. O resultado disso é o fato de que a mulher foi utilizada como estratégia civilizatória das práticas urbanas, envolvida em processos de conversão e difusão do cristianismo. O ponto convergente dessa discussão é a fundamentação de um paradigma que restringe a mulher à esfera doméstica da família, mormente entre aquelas em ascensão econômica e social.

A religiosidade feminina, no século XIX, confundia-se com as práticas familiares. A mulher esposa e mãe encontraria no catolicismo o sentimento de abnegação de que necessitava para o exercício de uma vida tranquila, conformada aos anseios sociais masculinos. Ela descobriria na religião uma justificativa para sua vida. Os afetos do amor conjugal eram desprezados na pudica literatura católica, num silêncio que se prolonga até as primeiras décadas

do século XX. Raramente, e sempre em poucas linhas, fazia-se referência ao sexo conjugal, que a esposa não poderia negar ao homem, uma vez que o marido deveria ser visto pela sua esposa como uma dádiva de Deus, que a conduziria, por meio do sacrifício, à santidade. Contudo, essa santidade dotava de contradições as práticas sexuais, justificando as relações assexuadas como uma garantia do controle de natalidade.

O catolicismo procurou, dentre outros fins, difundir a oração, a ternura e o lamento como formas de persuasão da mulher no núcleo familiar. Criou-se um discurso no qual o lar era visto como o reduto do poderio feminino, poderio exercido sobre os filhos, amigos e criados considerados seus súditos. A oração seria o momento de união com Deus, que manteria com as devotas, desde crianças, unificações pessoais. Também era defendida a ideia de que as preces femininas possuíam poderes pacificadores no meio em que viviam e, conseqüentemente, na sociedade. O processo de formação religiosa deveria acompanhar todas as etapas da vida de uma mulher, da iniciação materna, nas orações individuais, ao casamento feliz, realizado com um homem católico. Essa seqüência de acontecimentos a levaria a uma morte tranquila. Daí a exaltação da maternidade, essencial para a iniciação do processo de formação de cada indivíduo inserido no preceito do catolicismo.

Um recurso utilizado pelo catolicismo para envolver a sociedade em seus dogmas foi a criação de símbolos que pudessem ser identificados às práticas femininas. Para difundir a prática da maternidade e, ao mesmo tempo, a repressão da sexualidade, todas as santas são virgens assexuadas, destacadas pela sua bondade, abnegação, obediência, resignação e filantropia. O culto à Virgem Maria, por exemplo, assumiu, no catolicismo, uma posição elementar. Denominada Imaculada Conceição, Maria, mãe de Cristo, era virgem isenta da mácula do pecado original e concebida pelo Espírito Santo, o que reforçava a mística sobrenatural do catolicismo relacionada à fé e à comunhão. É vasta a iconografia inspirada na Imaculada Conceição. A imagem da mulher com um menino, por exemplo, que transmitia, em épocas anteriores, um sentimento de dor e sofrimento, formado por um pequeno coração circundado de espinhos, recebeu, no século XIX, um aspecto mais familiar, passando ao esboço de uma maternidade não dolorosa, com a representação de uma mulher feliz ao embalar o filho. O culto à Virgem Maria e a todas as santas virgens, intensamente presente nos colégios católicos, era um mecanismo de controle da sexualidade da adolescente. A virgem se tornou, em toda a Europa, no mais destacado modelo de pureza e elevação moral.

Depois da Primeira Comunhão, a tutela das meninas católicas passava para a congregação das 'Filhas de Maria', prática comum em Paris, desde 1820, e efetuada até a primeira metade do século XX, orientada pelas ordens e congregações religiosas junto às paróquias. A devoção à Virgem levaria as jovens a tomar consciência do desejo sexual e a reprimi-lo. Como era comum entre os positivistas, também no catolicismo cabia à mulher não apenas dar à luz, mas também educar e modelar os seus filhos(as) em um ato sagrado, religioso. A devoção à Virgem Imaculada, excluída do pecado de Eva, tinha o objetivo de acentuar os valores da maternidade em contrapartida àqueles relacionados à sexualidade, símbolo do pecado e da decadência humana.

Para efetuar o controle sexual, sobretudo das adolescentes, a hierarquia católica procurou protelar, na adolescente, os contatos que pudessem despertar o seu desejo sexual, utilizando como melhor método a ocultação das realidades carnisais, como, por exemplo, impedindo a menina de obter contato com o próprio corpo: a jovem com boa educação deveria se manter vestida mesmo no banho e, para mudar de roupa, manter os olhos fechados (KNIBIEHLER, 1991: 368). O corpo feminino foi menosprezado em prol da exaltação de seu coração, símbolo de sua pureza.

Surgiu entre as práticas católicas, com o intuito de sublimar o coração feminino, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, representado pelo peito aberto de Cristo, com um coração em seu interior também aberto e com uma ferida profunda, "sinal simbólico de intensa comunicação e comunhão direta, que não passa pela razão nem pela ciência, mas pelo milagre do amor" (KNIBIEHLER, 1991: 351). A beleza feminina seria traduzida em delicadeza e fragilidade, o corpo seria o atrativo ao sexo masculino, servindo de indução ao ato gerador. A educação sexual da filha competia à mãe, sendo a educação maternal responsável por sua boa ou má conduta, assim como pela preservação de sua sexualidade.

A virgindade das adolescentes solteiras era vista como virtude não apenas nos meios cristãos, mas entre os intelectuais da época, que a desejavam tanto quanto os devotos do catolicismo. Toda 'moça de família' deveria preservar-se virgem para o seu futuro esposo e somente por intermédio do casamento iniciar o despertar da sexualidade, que deveria continuar sendo contida e praticada com cautela, em função dos controles de natalidade e, mesmo, da misoginia que se criou. Traço que evidencia a construção de uma tradição garantida pelos mecanismos da educação católica.

Todas as restrições em torno das mulheres, tanto solteiras como casadas, fez emergir, no século XIX, um número inédito de escolas religiosas voltadas à educação das meninas. A escola laica, em princípio, apresentava os mesmos padrões de conduta propagados pelas congregações religiosas.

Com a preocupação de impedir a sociabilidade entre meninos e meninas, considerada prejudiciais para a formação da personalidade feminina que se almejava, foram criadas as escolas para o atendimento exclusivo do público feminino. A instrução das mulheres acabou se transformando, na Europa, em um objeto do jogo de poder entre o Estado e a religião, ambos considerando a educação elemento essencial na formação do indivíduo, visto que os valores educacionais tornavam-se a garantia de uma sociedade civilizada.

O rigor atribuído à educação feminina fez com que muitas famílias em ascensão se sentissem mais tranquilas, entregando suas filhas aos cuidados dos colégios especializados, administrados pelas congregações femininas. Esta educação, no entanto, tinha um custo elevado, possível somente às classes sociais mais abastadas. Ao entregar sua filha ao educandário religioso, a mãe estaria livre da obrigação de educá-la dentro dos preceitos dominantes e os internatos serviriam para ocultar da sociedade a adolescência, uma vez que a consideravam a “idade ingrata” (KNIBIEHLER, 1991: 384-385).

As escolas para meninas, religiosas ou não, participaram da construção da personalidade da mulher, dirigindo-as para as ‘profissões’ domésticas. A diferença entre a escola religiosa e a não religiosa foi a ênfase dada às ciências naturais. A escola pública laica mantinha uma grade curricular que enfatizava as disciplinas científicas, enquanto a escola clerical acrescentava outras disciplinas que reforçavam a religiosidade da aluna. Contudo, em ambos os currículos, encontravam-se as disciplinas específicas à formação do sexo feminino. Em todas as escolas, para mulheres de média e alta renda econômica, eram oferecidas aulas de música, pintura amadora, lições de agulho, economia doméstica, culinária e etiqueta. A habilidade artística era considerada capaz de refinar a sensibilidade de uma moça, tornando-a socialmente atraente. Outra habilidade atribuída às mulheres, foi a costura, cuja prática não se restringia necessariamente às classes sociais mais abastadas.

Mais que o estudo, entretanto, o fator inusitado, para essas mulheres do século XIX e início do XX, foi a sua participação nos círculos de sociabilidade pública, relacionados às reuniões e festejos típicos da época, atitude então comum entre os homens. Tanto os grupos em

ascensão socioeconômica como as tradicionais famílias, dissidentes da aristocracia, passaram a ostentar o seu posicionamento privilegiado na sociedade, em salões de reunião, de bailes e festas, nos quais também se esperavam a participação das mulheres. A beleza, a graciosidade, a delicadeza e o refinamento dos gestos, a meiguice, somada à astúcia e à inteligência, deveria compor a personalidade feminina dos grupos dominantes. Para tanto, as mulheres eram submetidas ao ensino enciclopédico, à dança de salão e ao domínio dos instrumentos musicais, para agradar aos integrantes de seu grupo, sobretudo, aos homens. Essa educação reflete a divisão de uma sociedade em relações de dominação, decorrente da posição socioeconômica e da apreensão de saberes culturais (HOBSBAWM, 1988: 285).

A mulher no interior paulista.

De acordo com Samara (1986: 9-42), no Brasil, da Colônia ao Império, a participação social da mulher, entre os grupos abastados, esteve condicionada pelo conservadorismo patriarcal. Tipo de conservadorismo que se apresenta sob a organização familiar, na qual é estimada a solidariedade entre os parentes e a dependência da autoridade paterna, em que a mulher ficava inteiramente submetida ao interesse masculino. O casamento garantia ao homem *status* e poderio, corporificado em uma autoridade exercida sobre a sua propriedade. A autoridade se dava dentro de uma relação de dominação e de dependência econômica (HOLANDA, 1995). Contexto em que a religião ocupava um papel preponderante na definição de um discurso legitimador dessa sociabilidade hierarquizada (MERCADANTE, 2003). Nessa estrutura sócio-econômica, a mulher passava, ao se casar, da tutela do pai para a tutela do marido, mantendo-se como genitora das funções domésticas, cuidando da casa e da educação dos filhos.

A união matrimonial, determinada pela família, colaborava com o prestígio político da elite dominante, de origem europeia, garantindo o exercício do poder sobre a grande população, composta por mestiços, negros e índios. A agrupação dos indivíduos sob um ordenamento estamental possibilitava construir e/ou garantir riquezas, perpetuando os domínios daqueles que ocupavam posições de poder. Nessa conjuntura sócio-cultural a filha não tomava partido quanto à sua união conjugal, pois ficava ao encargo do pai a escolha do pretendente. Mesmo nas regiões onde a grande propriedade agrária não era totalmente predominante, vigoravam as relações familiares de cunho patriarcal e conservador. Por exemplo, no interior paulista – onde a incidência de ordens e congregações religiosas femininas foi grande –, predominava a

organização familiar nuclear de poucos integrantes, vigorando os valores patriarcais sobre a mulher solteira ou casada.

No século XIX, no interior paulista, a população, predominantemente rural, isolada nas fazendas, restringia a sociabilidade feminina. Entre as famílias mais abastadas era quase nula a vida social, sendo comum que as mulheres passassem a vida toda enclausurada no interior da casa da fazenda de seu pai e, depois, de seu marido. Salvo raras exceções, em consequência de uma prolongada ausência do marido, as mulheres se dispunham ao desempenho de tarefas tipicamente masculinas, trabalhando nas lavouras ou conduzindo gado. A sociabilidade se resumia a festejos religiosos, a comemoração dos dias santos, a casamentos e batizados. As práticas da religiosidade católica era o espaço que proporcionava, às solteiras e casadas, sua participação na vida pública. O clero ocupava posição de destaque na organização dessa estrutura social patriarcalista, tendo participação relevante no controle do comportamento feminino (PRIORI, 1988).

A vigência dessa cultura patriarcal, em parte legitimada pelo catolicismo, garantiu a presença de um universo religioso entre as práticas e representações femininas, no interior do Brasil. Para a instauração desse universo religioso, disposto na sociedade rural, foi elementar a aceitação dos colégios católicos femininos, que começam a ser instalados no Brasil, na segunda metade do século XIX, em meio ao crescimento urbano. Com isso, a educação feminina, oferecida pelos colégios das cidades, tornou-se um novo espaço de organização do catolicismo. A educação oferecida pelos colégios católicos participou daquilo que pode ser entendido como processo de modernização da sociedade brasileira. O ensino oferecido às meninas, pelas congregações religiosas, era considerado de nível superior aos demais colégios dedicados a educação das meninas. O colégio católico, além de oferecer o ensino elementar, fundamental e médio, apresentava um conjunto de disciplinas complementares, cuja finalidade era difundir uma moral que favorecesse o bom desempenho das mulheres na atividade doméstica e na vida pública, ao lado do marido.

Com o crescimento das cidades, que, no Brasil, contou com o incentivo financeiro dos latifundiários, o paradigma civilizatório europeu, guiado pela França, participou da redefinição da elite político-econômica urbana. A educação orientada pelo modelo francês garantia aos latifundiários um *status* cultural que iria compor a aristocracia política. As mulheres que integravam essa aristocracia também sofriam os impactos do paradigma cultural, que lhes exigia

novas posturas em meio ao seu próprio grupo e em relação aos demais, subordinados à sua família (DIAS, 1984: 10-42). No começo do século XIX, entre os anos de 1800 e 1820, as aulas avulsas garantiam às mulheres mais abastadas que se ocupassem de arranjos de flores, educação musical e outras atividades, que tanto promoviam quanto incentivavam a sociabilidade (SAMARA, 1986: 61). A sociabilidade da mulher vai tomando um vulto ainda maior quando a aristocracia assume entre as suas práticas os passeios, os piqueniques e as reuniões. Práticas até então incomuns, que passa a legitimar o *status* da aristocracia e dos grupos em ascensão pela ostentação pública de etiquetas e de aparato material restrito aos demais, por questões econômicas. Coube à mulher, nesse contexto, assumir atitudes que denotassem a sua posição de integrante de um grupo diferenciado e dominante.

Esse tipo de organização sócio-econômica e cultural foi um fator essencial para o desenvolvimento dos colégios femininos mantidos pelas congregações católicas. A elite política e econômica, no contexto sócio-cultural do século XIX, encontrou, na educação oferecida pelo colégio católico feminino, a via de acesso ao paradigma civilizatório. A adesão ao modelo civilizatório ditado pela elite francesa tornou-se uma condição à manutenção do *status* político dessa elite econômica, vinculada à grande propriedade, que passou a ter uma vida pública nas cidades em ascensão.

As casas educacionais das Irmãs de São José de Chamberry (MANOEL, 1996), instaladas no interior paulista, a partir da segunda metade do século XIX, interagiriam com o desenvolvimento das novas práticas associadas à urbanização. As mulheres participariam da redefinição da cultura, que deveria reforçar o conservadorismo nas cidades. Os latifundiários almejavam estender os valores, que lhes atribuíam poder na área rural, para a área urbana. A educação europeia, submetida aos preceitos do catolicismo, aplicada sobre a adolescente, passou a ser um fator de identificação entre os grupos mais abastados. Esse foi um dos motivos que levou as famílias a se interessarem pela educação oferecida nos colégios administrados pelas Irmãs de São José de Chamberry, por exemplo, incluindo aquelas com média renda, que almejavam adequar-se ao comportamento dos tradicionais grupos dominantes, como forma de ascensão social, uma característica comum na sociedade urbana que se expandia. No Brasil, a instauração do Regime Republicano (1889), mesmo assegurando a separação entre Igreja e Estado, não foi empecilho para a instalação de novos colégios femininos religiosos, pois estes atendiam aos interesses da ordem social, política e econômica que integravam a cultura nacional.

Pode-se dizer que, em virtude do crescimento das cidades, aumentou o número de matrículas nos educandários femininos, nas três primeiras décadas do século XX (MARTINS, P.C.M. *O ultramontanismo e o colégio feminino Nossa Senhora de Lourdes (1888-1930)*. Dissertação (Mestra do em História) UNESP, Franca-SP).

A aristocracia do interior paulista, com a ascensão da lavoura cafeeira, foi, nas primeiras décadas do século XX, uma classe social acometida pela necessidade de aderir aos padrões civilizatórios ditados pela sociedade francesa. Contudo, esse padrão, que sempre esteve presente na modernidade contemporânea brasileira, compactuou com o patriarcalismo, garantindo a continuidade da dominação sócio-política dos latifundiários nas cidades em expansão. A sociedade urbana deveria permanecer imersa no conservadorismo patriarcal, sendo contrária ao pensamento liberal democrático que se opunha ao tradicionalismo da sociedade hierarquizada, que garantia o predomínio político da elite latifundiária. A instauração da república brasileira, em princípio, não rompeu com o modelo patriarcal. A elite política que assumiu o poder aderiu ao liberalismo no que dizia respeito aos interesses de abertura econômica, mas permanecia distante dos princípios de democracia, quanto à emancipação sócio-cultural. É nesse contexto sócio-cultural que o espaço da mulher passa a se restringir ao espaço familiar, submetendo-a ao discurso masculino, sustentado por outros discursos, como o catolicismo, o positivismo, o romantismo e o naturalismo.

Os aspectos da longa duração que atravessam as práticas e representações culturais de um povo podem ser evidenciados no Brasil, durante a transição do regime monárquico para o republicano. A instauração da república não foi suficiente para alterar os padrões sociais vinculados ao patriarcalismo. A sociedade brasileira, nos primeiros anos da república, continuou atrelada aos padrões familiares então ditados pelo catolicismo durante a Monarquia, respaldados pelo Padroado Régio. Pensando o republicanismo como um movimento político que encontra sua gênese na monarquia, a elite política que assume o poder vislumbrava um comportamento feminino próximo do discurso conservador até então promulgado pelo catolicismo. A mulher deveria ser instruída sob os preceitos da ciência, sem romper, no entanto, com o paradigma conservador patriarcal católico. Os colégios religiosos apresentavam-se, então, como o principal veículo promulgador desse paradigma.

O republicanismo, no Brasil, deu espaço ao cientificismo e ao positivismo francês, que, apoiados numa prática conservadora, mantiveram o casamento e a família como base da

sociedade disciplinada. A família passa a ser vista como a essência da organização social e da estrutura nacional, capaz de elevar o grau de civilização dos brasileiros. No escopo doméstico, a mulher deveria assumir o papel de esposa e de mãe, tendo em vista a educação cívica, moral e intelectual da sociedade. Dependia da mulher, enquanto mãe e educadora, o aprimoramento da raça e do caráter nacional. Tornou-se, portanto, indispensável promover a ela uma educação adequada, que a inserisse neste modelo social almejado (CARVALHO, Suzete S. *Aluísio de Azevedo: representações e imagens femininas (1881-1895)*. Dissertação (Mestrado em História).

Surge, no Brasil, no final do século XIX, sob o regime republicano, os mecanismos normatizadores da conduta feminina, na tentativa de homogeneizar a identidade nacional das mulheres em todo território brasileiro. A ideologia hegemônica apresenta-se como vigilância da conduta social (FOUCAULT, 2004), na qual as mulheres se apresentam como alvo dessa vigilância. O controle da conduta feminina se dava na intimidade familiar e na esfera pública, onde o *status* familiar se avultava.

Além da aristocracia, primeiro grupo responsável pela difusão do modelo familiar patriarcal, entre os grupos sociais que emergiam, ligados ao comércio e à indústria, também constava o discurso conservador quanto à atuação sócio-cultural feminina. Para a ordem dominante, a definição de uma sociedade com base na família era uma via pacificadora do trabalhador assalariado. A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-se ao universo dos valores dominantes (RAGO, 1985). A família deveria prezar os hábitos e costumes de uma moral rígida, em contrapartida às práticas ‘promíscuas’ dos grupos populares, desprovidos de recursos econômicos e culturais. A figura da esposa, dona-de-casa e mãe, que exerce as normas de etiqueta, as virtudes da laboriosidade doméstica e afetividade assexuada, se colocam na orla dos exemplos de superioridade social.

Tanto na legislação trabalhista quanto no discurso operário a mulher é pensada na linguagem romântica dos grupos dominantes. Linguagem essa fundamentada pelo cientificismo e pelo naturalismo médico, para os quais a função das mulheres em sociedade se restringia à criação dos filhos. A medicina, no final do século XIX e início do século XX, com base na psiquiatria, considerava um distúrbio psíquico o comportamento feminino daquelas que eram subversivas ao modelo de esposa e mãe de família. O cristianismo e o movimento trabalhista, junto com o poder público, delimitavam o lugar da mulher junto a seu lar. Procuraram impor-lhe

representações definidas pelo pensamento masculino, orientando uma identidade que fosse também por ela propalada. Esse sistema de regulamento que tentava estabelecer a passividade feminina e mesmo a domesticação das práticas conjugais se inspirou nos regulamentos criados na França, durante o século XIX.

A reação mais significativa ao modelo feminino imposto pelos discursos dominantes foi, no Brasil, impulsionada pelos anarquistas imigrantes. A questão feminina era permeada por temas básicos distintos do modelo dominante. Pregavam a emancipação da mulher em relação ao homem e ao mercado de trabalho e as relações afetivas da moral sexual familiar (LEITE, 1984). Os anarquistas tentaram transformar a mulher em um símbolo de independência, força e combatividade (RAGO, 1985: 97-98). Contudo, esse movimento cultural não encontrou vazão para se propagar, restringindo-se à uma parcela da população operária das grandes capitais, como São Paulo.

O discurso dominante, mesmo que dividido em várias correntes de pensamento, trouxe inovações em algumas áreas sócio-culturais e modificações políticas para o país. Porém, mesmo que distantes entre si, tais correntes eram concordantes quanto à permanência da mulher junto ao lar. O tradicional conservadorismo continuou vigorando no país durante as primeiras décadas do século XX, no período politicamente conhecido como Primeira República, onde a cidade ainda se apresentava como uma prolongação dos costumes da vida rural. Tipo de orientação cultural que facilitara a implantação, no Brasil, da doutrina católica vinculada às estratégias de evangelização, por intermédio da educação, ditadas pelo Concílio Vaticano I.

A educação católica e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca – SP

O chamado catolicismo ultramontano, do século XIX, sistematizado pela intelectualidade conservadora europeia, por clérigos e leigos, para estabelecer a doutrina religiosa que preconizavam, voltou-se, em todas as localidades, ao interesse do grupo dominante, utilizando a educação como veículo de difusão dos seus ideais. Países como o Brasil, que sofriam com o impacto de uma nova ordem política, econômica e cultural, orientada pelo paradigma da sociedade europeia, apresentavam-se propícios à difusão da educação feminina religiosa. Os estabelecimentos de ensino, mantidos pelas ordens e congregações do catolicismo, suprimiam a carência de colégios especializados na exclusiva educação de meninas, apresentando um conjunto de disciplinas dirigidas à difusão das práticas condizentes com o perfil feminino exaltado pela

elite. A mulher, se educada para ocupar um papel importante dentro da família, assumindo a posição de mãe-educadora dos filhos e zelosa do marido, atuando única e exclusivamente no seu lar, seria o primeiro elemento social a propagar a doutrina religiosa, facilitando o posterior trabalho que seria desempenhado pelos clérigos dentro da sua paróquia. Em meio à sociedade moderna brasileira do início do século XX, a educação se tornou um espaço vital do catolicismo para a difusão dos seus dogmas. Pode-se dizer que o catolicismo encontrou, com a separação da Igreja e do Estado, na educação, o espaço de continuidade à sua concepção de mundo. Assim, o catolicismo sai da esfera política para agir sobre a esfera cultural.

A discussão levantada acima pode ser elucidada pela conjuntura política, econômica e cultural da região de Franca, interior de São Paulo. O Colégio feminino Nossa Senhora de Lourdes, instalado em Franca, em 1888, no mesmo ano em que a ferrovia foi instalada para garantir o escoamento da produção cafeeira, produzida naquela localidade, foi de extrema relevância à implantação do modelo de educação feminina em questão. A começar pelo número de matriculadas que marcam as primeiras décadas do seu funcionamento. Entre os anos 1890 e 1900, novos prédios foram comprados, ao lado do primitivo, os quais foram aproveitados para a ampliação dos dormitórios, refeitórios, salas de aula e banheiros. O crescimento do Colégio ocorreu em virtude da demanda. O trabalho de propaganda das Irmãs nos jornais não foi muito frequente, apresentando-se apenas no final ou no início de cada ano. Ora anunciavam os festejos de encerramento, ocupando lugar de destaque no jornal, primeira ou segunda página, momento em que salientavam as disciplinas e o método pedagógico utilizado. Ora anunciavam a abertura de matrícula, que ocupava lugar, geralmente, de pouco destaque, na seção de anúncios ou junto com os demais colégios que anunciavam a abertura de matrícula.

As outras escolas femininas de cunho não religioso apresentavam um quadro de disciplinas similar ao da Nossa Senhora de Lourdes, sobretudo, o Colégio Cândido Alves de Franca, ampliado em 1907 para atender o público feminino, e o Colégio Rodrigues de Ribeirão Preto, fundado em 1911, que fazia anúncios frequentes nos jornais de Franca. O crescimento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ao lado destes e de outros Colégios femininos, é marcado pela prosperidade econômica do café, que dava à aristocracia agrária condições de pagar pela educação de suas filhas.

Os artigos levantados nos periódicos da cidade de Franca, entre os anos de 1887 a 1935, indicam o posicionamento da elite letrada daquela localidade quanto ao comportamento

feminino.² O discurso vigente era dotado de parcialidade ao tratar de questões relacionadas à função social feminina. Na sua maioria, os artigos são escritos por homens e muitos não possuíam assinatura. Verificou-se que todos eles apresentam uma mesma linha de raciocínio, elucidando os padrões culturais predominantes na época. Apresentavam um discurso que exaltava a presença do homem no campo, resistiam aos chamados avanços e costumes modernos e defendiam a sociedade hierarquizada, na qual cada um tem uma função a desempenhar, regida ou controlada pela liderança masculina, demonstrando a defesa do conservadorismo patriarcal.

Não foi encontrado, dentre os artigos levantados, nada que se opusesse ao modelo conservador. Por exemplo, nenhum artigo anarquista foi encontrado levando em consideração que o anarquismo já se fazia bastante presente na capital paulista. O posicionamento conservador do início do século foi elementar à difusão de colégios como o Nossa Senhora de Lourdes, mantido pelas Irmãs de São José de Chamberry, vindas da França para garantir a educação feminina no interior do Estado de São Paulo.

Os artigos de jornal levantados em Franca atestam que a intelectualidade local estava sendo influenciada pelas correntes de pensamento que defendiam a ordem tradicional feminina. Nas décadas de 1900 e 1910, são poucos os artigos encontrados destinados ao público feminino. Sua maior concentração ocorre a partir de 1920, destacadamente após a Primeira Guerra Mundial, quando o feminismo norte-americano, que defendia a emancipação feminina no trabalho e na família, começa a encontrar ressonância entre as mulheres da capital paulista. O modelo feminista, que pregava a emancipação da mulher, é criticado pela imprensa de Franca, demonstrando o posicionamento masculino local quanto à questão. De modo geral, a presença de artigos destinados à cultura feminina indica a preocupação dos grupos dominantes em continuar perpetuando a submissão da mulher ao homem e a ânsia de formar um público de leitores que defendessem a ordem familiar conservadora e cristã.

O jornal *A Tribuna de Franca*, de 1901 a 1933, publicado, no início, semanalmente, passando a duas e, depois, a três vezes por semana, na década de 1920, apresentava ao menos uma vez por mês um artigo discorrendo sobre a mulher, sempre ocupando um mesmo espaço reservado na primeira página. Os artigos referentes ao ano de 1901, na sua maioria intitulados *A mulher* ou *Educação feminina*, são assinados com o pseudônimo de *Uma obscura francana*,

² Dentre os periódicos consultados destacam-se: *O Nono Distrito*, 187-1889; *Tribuna da Franca*, 1900-1933; *Cidade de Franca* 1905-1915 e *O Aviso de Franca*, 1924-1935.

demonstrando o acanhamento da autora ou possivelmente uma restrição feita pelo próprio jornal quanto a identificação do nome feminino. Posteriormente o jornal começou a publicar os artigos de Anália Franco, grande defensora do feminismo conservador, na cidade de São Paulo. Tais artigos, em 1901, defendem o modelo feminino exposto pelo cristianismo, discorrendo sobre os hábitos que caracterizam a mulher cristã, assim como aqueles que não lhes são praticáveis.

Resumo da boa mulher cristã e de seus deveres em geral: a mulher é a rainha do Lar doméstico onde ela exerce um império tanto mais absoluto quanto menor é ele apreciado; a família é tanto sua obra como imagem sua. Outro tanto por analogia deve-se dizer: a mulher no mundo social e moral, constitui em todas as épocas o termômetro de prosperidade ou de decadência moral da sociedade, visto como mulher cristã que sabe responder a sua tão elevada dignidade social e doméstica a que fora elevado pelo cristianismo, a quem ela deve tudo quanto possui de sublime, de respeitável na ordem moral, é realmente uma verdadeira potência do mundo moral. (UMA OBSCURA FRANCA. A mulher. *Tribuna da Franca*, 02 de fevereiro de 1901, n. 24, ano I, p.1)

O artigo prossegue criticando as jovens que sabem dançar, que apresentam-se em salões, que tocam alguma coisa ao piano, que andam com elegância, que riem com graça, que vestem-se à moda. A autora salienta no comportamento de tais moças uma postura ‘indecente’ por desejarem ver a todos, em sociedade, e por todos serem vistas, desprezando os jovens trabalhadores e honestos. Ela critica, também, a jovem esposa que exige de seu marido criadas, uma boa casa com mobília luxuosa, vestidos finos para baile e que não sabem fazer economia ou criar seus filhos, estando sempre em desarmonia com o esposo. Tais argumentos apresentam-se como motivo de ruína do lar e da família. Nessa etapa do artigo, a autora critica algumas posturas femininas que, na época, eram tidas como modernas, na qual a mulher deixava de lado alguns traços da personalidade que a boa esposa cristã deveria assumir, tal como a submissão ao marido e o zelo pelos filhos, criticando a demasiada preocupação feminina em aparecer em público. Para a autora, o fato de estarem sendo incorporados novos hábitos entre as mulheres não deveria excluir, em hipótese alguma, aquilo que lhe atribuiria de fato grandeza social: a sua devoção ao cristianismo católico, que lhe daria respaldo moral para viver em sociedade, educar e manter a sua família, e a consequente submissão à vontade do esposo. O fato de haver uma crítica ao comportamento feminino que denotava uma modernização dos hábitos das mulheres, no texto de Anália Franco, assinala que havia na cidade grupos de jovens contrárias ao discurso católico conservador. O discurso de Anália Franca evidencia as características do comportamento

feminino, que atrelava traços da tradição conservadora vigente no Brasil Monárquico às novas práticas modernizantes, que recaíam sobre as mulheres no contexto da República.

É necessário considerar a presença dos imigrantes na localidade, mormente a dos italianos. Entretanto, os mais abastados, que se instalaram na cidade, defendiam o conservadorismo junto aos grupos tradicionais preexistentes (GIANNI, 1996). Contudo, deve-se considerar que as famílias imigrantes da Europa ou mesmo de outros centros populacionais trouxeram novos hábitos e costumes que, certamente, se chocaram com aqueles que eram praticados no local, provavelmente mais próximos dos costumes modernos que vinham sendo criticados pelo pensamento tradicional.

Os demais artigos sobre a mulher, encontrado nos periódicos da cidade de Franca, continuaram salientando a participação da mulher como moralizadora da sociedade, discorrendo sobre a importância da educação voltada para ela. Apontava os costumes modernos, assumidos nas novas práticas, como literários e artísticos, considerados grosseiros e angustiantes, fruto da ausência de uma educação moralizada na infância e na adolescência. A mulher, nessa proposta de educação, deveria ser instruída a fim de representar a virtude, a tranquilidade e a ordem na família; por isso não deveria ser submetida à mesma educação destinada ao homem, que instigava a razão capaz do bem e do mal.

Um fato tão destacável é que em meio a tanto progresso material, e mesmo intelectual, o senso moral se rebaixa; a razão é que se esqueceram da educação da alma. (ANÁLIA FRANCO. Educação Feminina. *Tribuna da Franca*, 18 de maio de 1901, n.37, ano I, p.1)

A educação da alma à qual se refere foi um dos aspectos salientados pela educação religiosa. A hierarquia católica criticava a educação moderna pelo excesso de conhecimentos intelectuais que estimulavam o raciocínio. Considerava-se que a educação católica se propunha à formação da alma e do espírito, espaço no qual se cultivava a virtude e a moral.

Consta, em um artigo sobre a educação feminina, que a mulher deveria educar-se apenas para auxiliar o homem em seu labor, visto que o mundo moderno estaria cada vez mais carente dessa assistência. Defendiam que a educação deveria ser empregada para retirar o homem do sofrimento, amparar as crises de um porvir incerto, conformá-lo e animá-lo em todos os males da vida, já que, aquelas que viviam na ociosidade e no luxo, geravam a lenta desorganização da família e a corrupção do homem (ANÁLIA FRANCO. Educação Feminina. *Tribuna da Franca*,

25 de maio de 1901, n. 38, ano I, p.1). Nota-se a importância atribuída à mulher para a pacificação do marido, apontada como um elemento capaz de confortar o homem, inserido no seio da família. Amenizando problemas que perpassam pelas condições de trabalho e relações interpessoais, em específico, àquelas travadas entre empregado e patrão. A mulher seria uma peça importante entre os grupos subalternos, para que aceitassem sua condição de dominado, sendo ela a primeira a aplicar o discurso de conformidade ao trabalho em prol do sustento da casa e da boa educação dos filhos. O aparato material exigido pela vida moderna era decorrente da obtenção de uma renda mensal razoável, garantida pela submissão ao emprego fixo.

Os artigos de Anália Franco demonstram que a concepção de educação cristã estava de acordo com o modelo católico oferecido dentro do ultramontanismo. A presença dessas ideias no jornal poderia ser relacionada com a hipótese de que existissem grupos femininos que pensavam da mesma forma, indicando a presença de um público concordante com o pensamento do catolicismo, ou, a tentativa de criá-lo. Os artigos salientam um posicionamento moralizador imposto à sociedade pela organização familiar. É válido ressaltar que, estando as mulheres marginalizadas, na sociedade conservadora patriarcal, assumir o comportamento imposto significava garantir uma sobrevivência social incluída no discurso hegemônico. Porém, esta posição de submissão ao modelo imposto impedia-lhes o desenvolvimento de outras possíveis características de sua personalidade, que não as domésticas.

Em 1902, o espaço de Anália Franco, para discorrer sobre as mulheres, é ocupado por Ernesto Barbosa Penteado, que continua enfatizando a importância da educação feminina na sociedade moderna como garantia de um bom desenvolvimento humano. Seu posicionamento estava mais próximo do ideal positivista:

A educação da mulher consiste em direcionar seu espírito ao sublime papel que lhe é dado representar no mundo, como esposa, mãe, e dona de casa. Toda mulher tem que aprofundar nos conhecimentos da filosofia e arte, higiene, economia doméstica e sobretudo a difícil arte de formar homens de bem. A mulher deve receber a educação e instrução adequadas a nobre missão que lhe foi confiada... não sacrificando em caso algum seu esposo, seu companheiro, com caprichos e desejos egoísticos... Está claro que a mulher não deve ser escrava, e escravos submissos dos seus deveres e estes só serão bem compreendidos por uma educação moral inculcada à mulher desde a infância. (ERNESTO BARBOSA PENTEADO. Educação da mulher. *Tribuna da Franca*, 8 de fevereiro de 1902, n. 74, ano II, p.2.)

O discurso católico de Anália Franco fora substituído pelo discurso positivista. Este salienta a necessidade da educação feminina voltada para a ciência, que deve ser aplicada desde a infância de uma menina, sempre tendo em vista a manutenção da família. É mais evidente, nos artigos de Ernesto Penteado, a defesa de uma sociedade hierarquizada, em que cada qual deve se submeter à sua categoria sócio-econômica sem contestação. Tipo de raciocínio defendido pelo positivismo republicano.

Em 1904, um outro autor assume os artigos que tratam de assuntos relacionados à mulher no jornal *Tribuna da Franca*, apresentando-se com artigos intitulados *O problema da educação*. É interessante notar que o título utilizado, neste caso, não é diretamente voltado para o público feminino. Porém, sempre se pronunciavam referindo-se especificamente à educação feminina, tentando conciliar a educação religiosa com os traços do ideal positivista. Defendiam a vigência de disciplinas científicas nos currículos das meninas, indicando que a sua existência não negava a presença da educação religiosa. Esta considerada indispensável à formação do caráter da mulher, futura mãe e esposa, deveria ser aplicada paralelamente às demais disciplinas.

Todo esse discurso destinado à mulher se aproximava das propostas educacionais do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, administrado pelas Irmãs de São José, que procurou manter em seu currículo disciplinas que atingiam as modalidades educacionais que atendiam aos diversos interesses da época.

Em 1905, o jornal *Cidade de Franca* traz o artigo *A mulher casada*, dizendo referir-se ao modelo norte-americano. Argumentava que a mulher, mesmo que muito bem educada pelos seus pais, depois de casada, deveria assumir os costumes e a educação que seu marido recebera de seus pais (AIME'MARTINI. *A mulher casada*. *Cidade de Franca*, domingo 15 de janeiro de 1905. n. 43, ano I, p. 2). Muda-se o referencial do discurso, ao indicarem o modelo norte-americano, porém o conteúdo está de acordo com os demais artigos da época. Além disso, mantinha-se a defesa da submissão da mulher ao marido e a importância dos afazeres domésticos.

Esses artigos, dos primeiros anos do século XX, trazem uma abordagem do ideal de educação feminina, na região de Franca. Um tema, então, muito difundido, tido como essencial ao desenvolvimento do país. Indiretamente, alertavam os leitores, na sua maioria compostos por indivíduos abastados e letrados, quanto à necessidade de educar suas filhas. Em momento algum o ensino religioso para mulheres foi criticado ou menosprezado, mesmo entre aqueles que

defendiam a modernidade relacionada ao positivismo e ao cientificismo. Colocavam como válida a presença de disciplinas religiosas para garantia de uma boa formação da personalidade da mulher, relacionando a religião ao desenvolvimento moral.

De 1905 a 1912, houve um decréscimo de artigos que tratavam de questões relacionadas à mulher, mesmo de caráter educacional. O tema ressurgiu em um outro contexto, em 1913, relacionado à questão do movimento feminista.

O feminismo vai ganhando terreno de forma admirável, dando exemplo das senhoras da melhor qualidade... as esposas do ministro da justiça, da guerra, da marinha, instrução pública, etc., desempenham papel de escultora, escritora, prof. de matemática, e nas áreas de medicina e agronomia. (O feminismo. *Tribuna da Franca*. Domingo 21 de setembro de 1913, n. 1214, ano XIV, p. 2).

O feminismo ao qual se referem estaria atrelado a uma forma de feminismo que ocorreu, também, na França, promovido por mulheres vinculadas ao conservadorismo católico. Tratava-se de senhoras que se reuniam com o intuito de conquistar um espaço social, por intermédio da arte, da educação, de trabalhos filantrópicos entre outros, levando ao público o nome de seu marido. Não era um grupo com posicionamentos contrários àqueles propostos pelo modelo de esposa já estabelecido, posto que continuava afirmá-lo. É o que se verifica em um artigo no qual o nome de prestigiadas senhoras foram ocultados, sendo identificadas pela profissão do marido: Ministro da Justiça, da Guerra, da Marinha. Constatou-se que se tratavam de pessoas da localidade ou que haviam sido transferidas para Franca e que queriam ser reconhecidas socialmente.

Um outro artigo elucidativo, que se insere neste contexto, também tido como feminista, trata da extinção da Sociedade das Damas de Caridade, em 1919, por falta de verbas. Tal entidade era composta por 'senhoras distintas' da sociedade, que auxiliavam indigentes e mendigos (Sociedade das Damas de Caridade. *Cidade de Franca*. 23 de Abril de 1919, n. 1347, ano XV, p.3). A falta de auxílio, que vinha da sociedade ao grupo, demonstra mudanças culturais, na cidade, que diminuem a importância de tais organizações de cunho religioso.

Na década de 1920 começa a ser publicado, na cidade, o jornal *O aviso de Franca*, pela Ordem dos Agostinianos Recoletos, que, na ausência do bispado, eram os responsáveis pela igreja matriz e direcionamento do catolicismo, na cidade. É necessário lembrar que foi durante este período, início da década de 1920, que o Centro D. Vital expandiu-se. Tendo a Revista *A Ordem* como sua expressão, seu objetivo era atribuir maior respaldo teórico à doutrina católica

junto à sociedade. O jornal *Aviso de Franca* discorria sobre assuntos variados, acompanhando temas relacionados à política, à cultura e à economia, defendendo os preceitos do catolicismo ultramontano. Além de seguir de raciocínio do Centro D. Vital, O *Aviso de Franca* trazia as encíclicas promulgadas pelo papa, com comentários e artigos que eram publicados em outros jornais católicos na cidade de São Paulo. No que se refere à mulher, abordou, em tom de crítica, temas relacionados à educação e ao feminismo norte-americano, que defendia a emancipação da mulher em relação ao trabalho.

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes se apresentava neste jornal com a mesma frequência com que nos demais, ou seja, no final e no início de cada ano letivo e em alguns casos, chegando a se ausentar. Esse posicionamento das Irmãs de São José, que administravam o recinto, leva a duas análises: ou as Irmãs não se pronunciavam com maior frequência para não assumir publicamente partidários que poderiam comprometer o desenvolvimento do Colégio; ou não possuíam relações de obediência aos Agostinianos, estando mais ligadas ao bispo de Ribeirão Preto, o que teria restringido as relações entre elas e os Agostinianos de Franca.

Os artigos do jornal *O Aviso de Franca*, destinados à mulher, por trás de temas variados, objetivava construir o modelo ideal de comportamento feminino.

Educandas norte-americanas como Grace Greenwood e outras, aconselham as mulheres: a cozinhar e fazer bons pais de família; a fazer camisas de homens; a não pintar; a lavar e engomar a sua roupa; a cortar os seus próprios vestidos e o dos filhos; a dizer sim ou não como Jesus Cristo nos ensina, com o coração, ao mesmo tempo que diz com os lábios; a ser cuidadora e muito asseada com seu corpo e em tudo que lhe pertence; a usar vestidos de chita e cassa, e não se envergonhar por isso; a ser modesta e simples e a abandonar o luxo; a preferir um nome honrado ao homem de dinheiro; a ter uma casa bem arranjada, um lugar para cada coisa ou objeto; a preferir a vida sossegada de sua casa a adorar a Deus no céu e amar seu marido e filho na terra; (nota da redação) e cortar o cabelo. (A educação da mulher. *O Aviso de Franca*. Domingo, 1 de julho de 1924, n. 22, ano I, p.4)

Com a crescente influência dos valores norte-americanos, entre as mulheres da região de Franca, os editores do jornal *O Aviso de Franca* estrategicamente defendiam a coexistência de outras posturas femininas, em vigor nos Estados Unidos, que compactuavam com os padrões tradicionais. Todos os afazeres recomendados pelo jornal se inseriam nos padrões tradicionais,

não condizentes com o comportamento feminista que, de fato, se despontava e rompia com a estrutura patriarcal dominante.

Os artigos sobre a mulher, vigente no *O Aviso de Franca*, atentam para o trabalho da mulher fora do lar e para a sua emancipação política, sendo, por exemplo, contrários à garantia do voto feminino. Utilizando um discurso estratégico, porém contraditório, aparentemente não condenavam o posicionamento cultural que assumia cada vez mais espaço entre as mulheres, no interior paulista. Incentivavam o público feminino às novas posturas, desde que continuassem devotas ao cristianismo e não assumissem o lugar do homem na sociedade. A mulher moderna deveria atuar ao lado do homem, quando ocupava posições fora do lar, e, ao mesmo tempo, defender o posicionamento do catolicismo em toda e qualquer função que viesse desempenhar.

A partir de 1925, vários artigos são publicados salientando as características do feminismo católico conservador contrário à modernização da mulher. Os artigos levantam e argumentam os pontos negativos das novas práticas da mulher em sociedade. Ao mesmo tempo em que descrevem sobre como as feministas deveriam agir, na medida em que ganhassem novos espaços:

Provadas as atitudes da mulher para todos os encargos públicos ou privados, reconhecendo historicamente, que foi a religião católica que a elevou a essa emancipação em que goza em nossos tempos, sem, todavia confundir a liberdade sã com a libertinagem; ultimamente os apóstolos do mal, os que estão interessados na destruição da fé nas almas, fizeram voar aos ouvidos da mulher canto de sereia que esconde em suas vibrações os germens de morte. (RUIZ. O feminismo e a mulher brasileira. *O Aviso de Franca*. 12 de fevereiro de 1928, n. 210, ano V, p.1).

Se a mulher brasileira formasse parte ativa no nosso parlamento [Estadual], e nos conselhos da vida municipal, a religião católica só teria a lucrar, porque é impossível que a mulher desconheça os benefícios da religião, e a sua sensibilidade, esclarecida inteligência e reto coração, ser-lhe-á impossível lutar contra essas crenças enraizadas no mais íntimo de sua alma. Façamos, pois, votos por meio que a mulher, em breve, com seus sufrágios promova, no nosso Brasil, o bem da religião e da pátria. (RUIZ. Feminismo e a mulher brasileira. *O Aviso de Franca*. 26 de fevereiro, 1928, n. 212, ano V, p.1

O ano de 1928 apresenta vários artigos com essa temática, todos de mesma autoria, posicionando-se a favor do feminismo, num discurso contraditório, insistindo na premissa de que teria sido o catolicismo o fornecedor dos fundamentos que garantiram à mulher a sua

emancipação social. Alertavam quanto às teorias contrárias ao catolicismo e insistiam na hipótese de que a mulher, ocupando cargos políticos, seria benéfica ao desenvolvimento da religião católica. O combate ao feminismo norte-americano não era diretamente declarado, nos artigos. Considera-se que, estando os redatores do jornal *O Aviso de Franca* ao par das inevitáveis modificações do comportamento feminino em sociedade, eles acabam usando de cautela para garantir que o jornal continue exercendo influência sobre as leitoras. As mulheres deveriam continuar sendo utilizadas como elementos de difusão do catolicismo na sociedade. Sendo elas influenciadas pelos preceitos do catolicismo, levariam para onde quer que se estabelecessem, dentro ou fora da família, os princípios da religião. Era importante, para o clero, não travar conflitos com a mulher em seus novos papéis.

Além de passarem a ocupar cargos até então masculinos, tanto nas empresas públicas como privadas, um outro elemento cultural que indica transformações entre as práticas femininas, na cidade, foi a adesão a novos trajes. Ao que indica, as mulheres na região de Franca assumiram, no final da década de 1920 e início dos anos 1930, trajes que rompiam com o rigor e controle sexual empregados até então sob as vestimentas. Durante muito tempo, suas roupas foram supervisionadas pela religião, que visava o controle sexual por meio da omissão do corpo feminino. Os antigos trajes deixaram paulatinamente de serem usados em lugar dos modismos da época.

O fato de as mulheres estarem aderindo à moda extravagante e sensual, em comparação aos antigos trajes que cobriam de veras o corpo, indica um rompimento com os controles masculinos e, mesmo, religiosos, geralmente aplicados por intermédio do pai e, posteriormente, do marido. Era comum, na cultura patriarcal da elite, a mulher, para se demonstrar ‘boa moça’, digna de ser uma distinta esposa, se vestir discretamente conforme o estabelecido, com vestidos longos, pouco decotados e com cores discretas. Entre as casadas o rigor era ainda maior: para honrar seu marido, a mulher deveria se vestir do modo mais discreto possível, com cores escuras, para não chamar a atenção dos outros homens. No início da década de 1930, o traje feminino aparece como tema do jornal, não deixando dúvidas quanto ao posicionamento da hierarquia católica perante a questão.

Pelo amor de Deus! É uma calamidade, causa horror, e não pouca repugnância, ver tanta moça e mocinha, tanta mulher casada e solteira, de braços nus, pernas ao léu, com decotes exagerados, transformadas em verdadeiras e autênticas tabuletas

de açougues; e não contentes, cobrem-se de um tecido que tudo deixa transparecer. Umhas vezes um couro branco ou pardo; outras vezes as paredes de vetusta chaminé. Requisitos na moda? Exageros da mocidade! Um verdadeiro enxurro que passa, que escandaliza que provoca e pecar. Um estado mórbido a que chegaram as almas, em marcha acelerada para as profundezas do inferno... Pais e mães, se ainda é tempo, salve vossas filhas da cambalhota, que estão prestes a dar; senão com elas e por elas vos perdereis... Não sei como os pais podem encarar tanta desordem moral em suas filhas sem lançar de um chicote para corrigir sua falta de decência e pudor!... Numa sala de visitas, na porta de um templo, numa escola laica, num cinema, etc., onde encontram quatro ou cinco moças ou mulheres, o cheiro de carne é irritante... como negro velho.

Num açougue suporta-se melhor, fora, onde aparecem tantas tabuletas de Açougue, e muito descaradas, atingam como chaga viva e crônica, e atraem os errantes sem o azar, amantes de cosméticos, pomadas e águas de cheiro, e nu... e cru...

Pais e mães, salva se ainda é tempo. Sede austeros e dignos pais, zelai do futuro de vossas filhas, importando-lhes e – quanto antes – a modesta e mais intransigente possível. Tornai-vos dignos delas; e elas dignos de vós.

Pais e filhas lembrai-vos do Tribunal Supremo! (Pe. JOSÉ ROD. COIMBRA. Tabuletas de Açougue. *O Aviso de Franca*. Domingo, 19 de janeiro, 1930, n. 309, ano VII, p.1).

A mulher é, nesse artigo, comparada a animais, por não seguirem os mandamentos da religião ao se vestir. O texto demonstra o forte posicionamento conservador da hierarquia católica. Procura fortalecer a autoridade do pai na educação da filha, tornando-se responsável pelo seu comportamento. Apela para o discurso sobrenatural, assegurando o julgamento divino àqueles(as) que não se comportarem bem, no qual até os pais serão vítimas da má conduta da filha, condenados ao inferno.

Considerações finais

Apesar de as Irmãs de São José, mantenedoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, principal colégio feminino da cidade de Franca e região, não participarem do debate sobre o comportamento feminino, a predominância do discurso que pregava um comportamento religioso cristão às mulheres, nos jornais da cidade, durante as primeiras décadas do século XX, serviram como matriz ao modelo de ensino implantado pelo Colégio, que visava difundir uma atitude moralizante entre as mulheres, sobretudo no que tange ao controle da sexualidade. Os colégios católicos tinham papel elementar no controle da sexualidade das suas alunas adolescentes. Verifica-se essa prática, voltada ao controle da sexualidade pela negação do próprio corpo e pela noção de pureza, nos colégios femininos mantido pelas Irmãs de São José de Chamberry no

interior do Estado de São Paulo (MARTINS, P.C.M. *O ultramontanismo e o colégio feminino Nossa Senhora de Lourdes (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca-SP).

A não existência de artigos que se manifestassem contrários ao posicionamento conservador indica que, entre os grupos dominantes da localidade, era este o discurso vigente quanto ao comportamento das mulheres, de um cristianismo dirigido pelo catolicismo. Os artigos escritos dentro de padrões conservadores evidenciam a preocupação em manter arraigados os valores cristãos sobre as mulheres. A preocupação com um novo comportamento feminino indica, também, a emergência de novas práticas que rompiam com a tradicional postura cristã, muito comum entre os grupos sociais que não pertenciam à esfera dominante, mas que se sabia que poderiam influenciar a elite.

O discurso conservador vigente nos periódicos da cidade de Franca, quanto ao comportamento feminino, indica a continuidade do paradigma cultural desenvolvido no século XIX. Discurso este que se apresenta como um fator decisivo tanto para o desenvolvimento como para a repercussão social do paradigma civilizatório constante na educação francesa do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Os artigos instigavam a parcela mais abastada da sociedade a educar sua filha dentro daquilo que era reconhecido como moldes tradicionais, o que atingiu condições de diferenciação cultural entre os grupos emergentes.

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, durante a primeira metade do século XX, contribuiu com a difusão de valores que forneciam à elite práticas que lhes garantia um destaque social, compactuando, assim, com as tradições que menosprezavam a participação feminina fora do ambiente doméstico ou educacional, primeiro espaço de atuação profissional das mulheres. A crescente assimilação de novos hábitos, impulsionado pelo liberalismo econômico e político, trazia um novo conjunto de valores distante dos preceitos religiosos. No entanto, verifica-se que a difusão do modelo conservador cristão, atrelado as concepções civilizatórias, favoreceu a redefinição de uma cultura de elite distante da cultura popular, submetida à estratificação social dada pela divisão do trabalho.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CARVALHO, Suzete S. **Aluísio de Azevedo: representações e imagens femininas (1881-1895)**. Dissertação (Mestrado em História) UNESP de Franca –SP, 1996.

DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: brasiliense, 1984.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Século XIX, v. 4. São Paulo: Afrontamentos/Ebadil, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIORGIO, Michele de. O modelo católico. In: Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Século XIX, v. 4. São Paulo: Afrontamentos/Ebadil, 1991.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e corações. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Século XIX, v. 4. São Paulo: Afrontamentos/Ebadil, 1991.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo**. São Paulo: Ática, 1984.

MAMOEL, Ivan. **A Igreja e a educação feminina uma face do conservadorismo (1859-1919)**. São Paulo: Unesp, 1996.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Catolicismo ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1888-1930)**. Franca - SP, 1998. Dissertação (Mestrado em História Política Cultural) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORI, Mery del. **A mulher na História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 1988.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense S/A, 1986.

Recebido em 31/08/10

Aprovado em 20/09/10